

Registro: 2020.0000300839

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação nº 1010761-08.2017.8.26.0510, da Comarca de Rio Claro, em que é apelante DANIEL DOS SANTOS BRIGIDO e é apelada PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **NEGARAM PROVIMENTO AO APELO, V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CESAR LACERDA (Presidente) e BERENICE MARCONDES CESAR.

São Paulo, 30 de abril de 2020.

Celso Pimentel
relator
assinatura eletrônica

Voto nº 41.340

Apelação nº 1010761-08.2017.8.26.0510

4ª Vara Cível de Rio Claro

Apelante: Daniel dos Santos Brigido

Apelada: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

28ª Câmara da Seção de Direito Privado

Tendo o autor recebido no âmbito administrativo indenização do seguro obrigatório em percentual maior que o indicado na perícia judicial, a nada mais faz jus.

Autor apela (fls. 280/286) da respeitável sentença (fls. 276/277) que lhe julgou improcedente demanda por diferença de indenização de seguro obrigatório. Insiste na pretensão, o valor máximo, sem limitação, e na invalidez permanente e argumenta com suas condições pessoais.

Dispensava-se preparo (fls. 114) e resposta (fls. 289/293).

É o relatório.

Vítima de acidente de trânsito, o autor, atesta a perícia do insuspeito IMESC (fls. 252/261), apresenta invalidez parcial e permanente avaliada em

23,75% da tabela própria.

Como ele recebeu no âmbito administrativo indenização superior, a nada mais faz jus e sua condição pessoal não altera a conclusão.

Diante da decadência recursal, eleva-se honorária de sucumbência em dez por cento sobre o arbitramento.

Pelas razões expostas, nega-se provimento ao apelo.

Celso Pimentel
relator